

A Educação e o Desenvolvimento Auto-Sustentado

**A EXPERIÊNCIA DE
D. INOCÊNCIO E DE
S. RAIMUNDO NONATO**

INICIATIVA



REALIZAÇÃO



CENPEC

APOIO



unicef

14/15

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Constituição da República Federativa do Brasil - 1988

Equipe Técnica

Coordenação

Maria Alice Setúbal Souza e Silva - CENPEC

Marta Wolak Grosbaum - CENPEC

Carmen Emília Pérez - UNICEF

Edição de Texto - CENPEC

Eny Marisa Maia

Neide Cruz

Maria Cândida Raizer Perez

Sérgio Vasconcelos Luna

Pesquisa

Graziani Gervázio Fonseca

Heitor Matallo Jr.

Este trabalho é de inteira responsabilidade de seus autores e da Coordenação do CENPEC.

Sumário

Apresentação ✓	9
Introdução ✓	11
A Experiência do Município de Dom Inocêncio ✓	15
I - Dados Básicos ✓	17
Ficha Resumo ✓	21
II - O Problema e seu contexto ✓	23
III - A Política Norteadora da Proposta Educacional ✓	35
IV - A Proposta Educacional ✓	39
V - A Implementação das Ações ✓	45
VI - Considerações Finais ✓	57
VII - Anexos ✓	63
A Experiência de São Raimundo Nonato no Parque NACIONAL DE CAPIVARA	69
I - Dados Básicos — apenas do município	71
Ficha Resumo ✓	75
II - O Problema e seu Contexto ✓	77
III - A Proposta Educacional e A Implementação das Ações ✓	81
IV - Considerações Finais ✓	91

Apresentação

N

ão basta levar todas as crianças à escola, sonho maior de um país que trata bem seus cidadãos, é preciso fazer com que elas permaneçam, progridam e aprendam. Em pelo menos 15 municípios brasileiros isso é realidade ou está perto de vir a ser. *Educação e Desenvolvimento Municipal* é uma coleção de Estudos de Caso que registra a ação destes municípios, no período de 1989/1992.

Universalizar o ensino fundamental é uma das metas da Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtiem, em 1990, e do Encontro Mundial de Cúpula pela Criança, ocorrido em Nova Iorque, no mesmo ano. Garantir que todas as crianças brasileiras possam concluir o 1º grau é objetivo não apenas das grandes conferências internacionais. O Brasil tem demonstrado, em seus bolsões organizados e conscientes, a mesma preocupação.

A Constituição Brasileira estabelece grandes responsabilidades para os Estados e Municípios. Juntos têm o mandato de prestar e melhorar o ensino fundamental. Segundo dados de 1990, 53,3% das matrículas eram estatais e 32,2% municipais. São números suficientes para reconhecer a importância da esfera municipal na obra a ser construída.

O processo de consolidação do federalismo brasileiro destaca a esfera local como unidade dinâmica e em movimento. As administrações municipais que assumiram em 1993 têm pela frente desafios de grande porte e, ao mesmo tempo, os prefeitos cada vez mais procuram caminhos que ofereçam respostas aos anseios da sociedade.

Para mudar a realidade, é preciso olhar as lições aprendidas neste 15 municípios, reconhecer o que é válido e avançar gradativamente até o dia em que todas as crianças possam mostrar o diploma do ensino fundamental, na idade certa.

A coleção *Educação e Desenvolvimento Municipal* inclui municípios das regiões Sul, Sudeste, Nordeste, de nove estados brasileiros (Rio Grande do Sul, Paraná, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Ceará e Piauí). Municípios de pequeno, médio e grande portes, escolhidos de forma heterogênea. Foram incluídos por serem exemplos de trabalho árduo, sério e consequente para mudar o triste perfil da educação brasileira de 1º grau.

Diversidade e criatividade são palavras que descrevem bem a sua variedade. As respostas de cada um são reflexo da conjuntura específica. Mas entre eles há algo em comum: a vontade política. Ela é o carro-chefe das mudanças. Com ela mobilizam-se todos os que têm compromisso com a Escola, na sua mais perfeita tradução.

Como Secretário Executivo do *Pacto pela Infância* e cumprindo seu próprio mandato, o UNICEF apóia as atividades que visem o bem-estar físico, mental e social das crianças brasileiras e de todo o mundo, especialmente os filhos das classes populares. Cabe ao UNICEF divulgar para o Brasil e para todo o planeta as experiências bem-sucedidas em defesa da sobrevivência, proteção e desenvolvimento das crianças. Por isso, sua participação neste trabalho.

· 11.6.6.1.1-

Agop Kayayan
Representante do UNICEF no Brasil
Secretário Executivo do Pacto pela Infância

Introdução

A análise do sistema educacional brasileiro tem apontado para as desigualdades existentes tanto em nível regional como nas diversas instâncias do ensino. O Brasil, às vésperas do século XXI, ainda assiste ao fracasso da escola brasileira em superar questões básicas como: alfabetização, formação adequada de professores, cumprimento da Constituição, no que diz respeito à formação obrigatória de seus alunos até a 8ª série, altos índices de repetência e evasão escolar.

A busca de soluções para esses problemas passa pelo entendimento da complexidade e da diversidade da sociedade brasileira. Não existem modelos únicos ou soluções mágicas, mas nos diferentes foros de debate da atualidade, representantes do governo e da sociedade civil têm apontado para a necessidade de que a escola forme cidadãos capazes de participar da vida política, social e econômica de uma sociedade moderna. Nessa perspectiva, é fundamental que a escola tenha recursos mínimos compatíveis com a sua função primordial que é ensinar, e estabeleça diretrizes pedagógicas consoantes com as vivências e conhecimentos dos seus alunos e do mundo que os cerca.

Assim, exige-se que os egressos do sistema escolar possuam conhecimentos e habilidades cognitivas que os possibilitem entender e interpretar a enorme quantidade de informações e valores que lhes são transmitidos diariamente via meios de comunicação e/ou as diferentes instituições com os quais mantêm relações, de modo que possam participar mais ativamente da vida social e política. Na esfera econômica, buscam-se cada vez mais indivíduos que possuam as habilidades cognitivas básicas de raciocínio e de leitura e escrita, a fim de que possam apreender os treinamentos específicos da área de produção e/ou serviços.

O estudo de diferentes experiências educacionais bem-sucedidas e desenvolvidas no âmbito do município tem como objetivo analisar, discutir e divulgar modelos diferenciados de gestão do sistema escolar que criaram formas próprias de interagir com seu meio social, capacidade de organização escolar e gestão pedagógica voltadas para a melhoria da qualidade do ensino.

Não buscamos algo necessariamente inovador, no sentido de inusitado ou novo. Muitas vezes, soluções simples, mas bem planejadas, que levam em conta as necessidades específicas da comunidade e que são adequadamente implantadas alcançam resultados satisfatórios e merecem ser estudadas e divulgadas.

Nesse sentido buscamos analisar municípios cujas políticas educacionais nortearam suas ações pelo princípio do direito de todos à Educação Básica, buscando para isso, desenvolver projetos que contemplassem fatores como:

- a promoção de oportunidades de educação para crianças de 0 a 6 anos e a busca de um início educativo mais justo;
- a universalização do acesso à escola e da permanência das crianças mais vulneráveis à exclusão, como as provenientes de famílias de baixa renda, as crianças trabalhadoras e de rua, as crianças no meio rural e as portadoras de deficiência;
- a melhoria das condições da escola e do ensino a diminuição da repetência e da evasão, buscando adequação das condições físicas da rede, a disponibilidade de insumos pedagógicos, escolas com pedagogias ativas e participativas, redes que ofereçam maior tempo e oportunidades de aprendizagem e que mudem sua prática de avaliação respeitando as diferenças no ritmo de aprendizagem;
- a valorização do professor, assegurando seu *status* como profissional (carreira e estatuto do magistério), assim como permitindo sua habilitação, profissionalização e capacitação permanente;

- a democratização da gestão escolar com participação da comunidade para fortalecê-la como o centro das decisões;
- a modernização dos sistemas de gestão, visando desconcentração e descentralização do sistema educacional, e criação de um sistema avaliativo dos vários segmentos administrativos e do ensino de modo a se detectar necessidades de formação, reciclagem e apoio técnico das equipes, procurando alcançar o desenvolvimento de uma adequada articulação União/Estado/Município, para uma gestão mais eficiente do sistema, assim como a ampliação das parcerias com as comunidades locais, sindicatos, organizações não-governamentais (ONGs), setor privado etc;
- a criação de oportunidades educacionais para toda a população, no intuito de aproveitar todos os recursos educacionais do município e ampliar seus benefícios para todos.

Dentro desse contexto insere-se a experiência de Dom Inocêncio que mostra que um projeto educacional consistente, aplicado em comunidades não inseridas na divisão social do trabalho em escala regional ou nacional, requer indispensável atrelamento a um projeto global de desenvolvimento. ~~Assim, a descoberta da vocação da região e da comunidade e o estabelecimento de metas para o seu desenvolvimento são requisitos necessários para o sucesso de um empreendimento educacional.~~ É, portanto, a Educação voltada para o Desenvolvimento Auto-Sustentado.

No Parque Nacional de Capirama, a proposta educacional buscou estimular a tomada de

Maria Alice Setúbal Souza e Silva
CENPEC

Centro de Pesquisas para Educação e Cultura

consciência ^{européia a presença do} Parque e desenvolver novas atividades de trabalho, através de um curso profissionalizante -

**A EXPERIÊNCIA
DE
DOM INOCÊNCIO**

DADOS BÁSICOS

I

Dados Básicos

Localização

Estado de Piauí - Nordeste do Brasil
 Mesorregião do Sudeste Piaulense
 Mikrorregião de São Raimundo Nonato



Demografia

População

7.692 (1980) → 8.988 (1991)

Homens

4.581



Mulheres

4.407



Urbana

4,76%

Rural

95,23%

Área Total km²

3.826
~~3.862~~

Densidade hab/km²

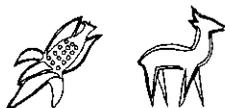
2,3

Taxa de Crescimento Anual

1,42% ✓

Atividades Econômicas Predominantes

Agricultura e Caprinocultura



Fonte: Censo Demográfico 1991 - Resultados Preliminares

Rede Municipal de Ensino - 1991

Creche, Pré-escola e 1º Grau

Classes
 N° de Estabelecimentos

N° de Alunos

~~276~~
 115

1.491

Fonte: Prefeitura Municipal

✦ Vide Metodologia - Anexo 1.1 - p. 66

ACÇÕES DESENVOLVIDAS

Ensino Fundamental

Universalização do ensino

- Ampliação do número de classes de primeira à quarta séries, principalmente no meio rural
- Transporte escolar
- Construção da Casa do Estudante

Melhoria do ensino e da escola

- Programa de alimentação escolar
- Elaboração de material didático específico
- Calendário escolar adequado ao ciclo agrícola
- Sistema modulado e intensivo na escola de quinta à oitava séries (8 semanas de aula por 4 semanas de férias, disciplinas agrupadas duas a duas em tempo integral e professores à disposição dos alunos dia e noite)

Gestão da escola e do ensino

- Instalação dos Núcleos Rurais
- Criação de Conselho de Colaboradores

Valorização do Magistério

- Construção de casas para professores
- Melhoria salarial dos professores

- Programa permanente de reciclagem e aperfeiçoamento
- Integração com a Universidade de Campinas e Universidade Federal de Pernambuco
- Integração do Município com a Fundação Ruralista
- Transporte para professores.

Oportunidades educacionais para todos

- Implantação das Escolas-Acampamento (alfabetização, alimentação escolar, bordado, caprinocultura e artesanato)
- Instalação de cursos/oficinas de artesanato (Núcleo Rural)
- Instalação de cursos práticos de técnicas agrícolas (Núcleo Rural)

LIÇÕES APRENDIDAS

- A educação adquire força e consistência quando articulada a uma política de desenvolvimento
- A organização da participação da comunidade é um caminho para atividades de cunho menos assistencialista
- O investimento no magistério e no fornecimento do material didático tem grande impacto na eficiência de programas educacionais

O PROBLEMA E SEU CONTEXTO

II

1. O Quadro Sócio-Natural

A compreensão da experiência educacional objeto do presente relatório exige que se tenha, pelo menos, uma noção das condições naturais da região onde ela vem se desenvolvendo.

O Município de Dom Inocêncio, com uma área territorial de 3.826,8 km², localiza-se a sudeste do Estado do Piauí, sob as coordenadas geográficas 7 graus de latitude sul e 42 graus de longitude oeste, limitando-se ao Norte com o município de São João do Piauí, ao Sul com a Bahia, a Oeste com São Raimundo Nonato e a Leste com Pernambuco, fazendo parte da micro-região n° 054 - Altos Piauí e Canindé.

Com uma altitude média de 400m, encontra-se na faixa divisória de águas entre as bacias dos rios Parnaíba e São Francisco. A sua topografia é predominantemente plana com suave declive no rumo Leste-Oeste. Os seus solos são rasos e muito permeáveis. No sub-solo, que curiosamente não tem lençol freático, repousa uma extensa e espessa formação cristalina, inviabilizando a captação de águas, seja por poços artesianos, seja por poços cacimbões. Os rios são leitos secos, que funcionam como canais de escoamento de reduzidíssimas águas pluviais. A pluviosidade média é de 420 mm/ano, concentrada em 3 ou 4 meses e déficit hídrico da ordem de 860 mm. Tais atributos naturais se completam com uma tênue cobertura vegetal arbustiva, típica caatinga, onde predominam cactáceas e leguminosas caducifólias, xerófitas com espinhos.

Diário de Campo dos Pesquisadores

Caatinga afora, o cinema transcendia... estávamos diante de um labirinto de caminhos; pois, não víamos diferença entre a 'rodagem dos carros' e os inúmeros outros caminhos: de águas de chuva, de animais, de pedestres. Eram caminhos de areia branca, caminho de seixos, muitos caminhos de seixos, caminhos de pedras roladas e caminhos de lajedos. Pior seria a falta de caminhos! Seguimos em frente, sempre 'no rumo do sol', que se elevava, ligeiro, no nascente.

Os caminhos cortavam uma exótica paisagem (de cinza monótono) resultante da intensa luminosidade sobre o tapete arbustivo de jurema, que se espalha, sem uma palha verde, sobre extensas planícies. Quartos de hora se passaram sem que encontrássemos pessoas, animais, casas ou mesmo cercas. Por uma roça: uma área de baixada arenosa, recém derrubada, cercada de varas deitadas, em preparo para ser plantada.

Não vimos ninguém dentro. Adiante, depois de uma 'volta' (curva), avistamos uma casa na qual fomos atendidos por uma senhora. Aliviados, paramos e aproveitamos para ir conhecendo a situação e levantando as informações que buscávamos. E assim seguimos em frente, tendo encontrado outras oito residências nas quais, igualmente, paramos e conversamos com as pessoas.

Numa dessas casas cruzamos com o único veículo em todo o percurso: era o caminhão que liga a Casa Nova-Bar a São Raimundo. Numa conversa descontraída com passageiros, moradores e motorista começamos a sentir a real dimensão do universo onde estávamos.

Depois de andar 150 km de aventura, às 11:30hs., chegamos ao Núcleo Sede da Fundação Ruralista, na zona rural de Dom Inocêncio, onde Padre Lira e sua equipe esperavam impacientes. "Por que tanta demora, se saíram às 6:30hs.? Por que vocês chegaram por trás? Erraram o caminho?" Se erramos ou não pouco importa... o que consta é que depois de tantos caminhos, areias, veredas e atalhos percorremos o cenário do objeto do nosso estudo, captando informações inestimáveis.

Diante de tamanhas adversidades, é lógico que a região tenha permanecido, até hoje, à margem de quaisquer interesses. Tanto o é que as suas precaríssimas estradas carroçáveis só foram abertas há poucos anos e a população residente apresenta a densidade média de 2,3 habitantes por km².

2. Os Recursos da Região

N

o Censo Demográfico de 1991, o IBGE registrou em Dom Inocêncio uma população de 8 988 habitantes, sendo 428 na sede municipal e 8 560 na zona rural (No período 1980-1991 cresceu à taxa média anual de 1,4%). Residem em 1 794 domicílios (106 urbanos e 1 688 rurais) onde, em média, encontram-se 5,02 pessoas.

Essa população, interagindo com o meio natural supra delineado, vivencia experiências societárias *sui-generis* e inimagináveis para um habitante urbano:

- a distribuição da população no território se dá nos pontos menos secos e nos solos menos áridos. A dispersão real é muito mais expressiva do que a densidade média de 2,3 hab/ km². Na verdade, ainda não existem comunidades ou bairros rurais propriamente ditos, pois, mesmo nas áreas mais densas, as residências distam entre si, em média, 3 km;
- a convivência social cotidiana restringe-se aos estreitos limites da família nuclear, girando em torno da busca direta de água e comida;
- as festividades e reuniões comemorativas não fazem parte do seu quadro cultural;
- a taxa de analfabetismo da população com mais de 30 anos é bastante elevada;
- a economia do município é baseada no cultivo de pequenos roçados de milho e feijão (e, também, mandioca e mamona quando a pluviosidade permite) e no criadouro extensivo de caprinos,

principal fonte de renda, ovinos e, em menor escala, bovinos;

- a produção é reduzidíssima e, muitas vezes, não chega a atingir ‘mínimo vital’;
- a distribuição da propriedade fundiária é perfeitamente equilibrada; todas as famílias detém a propriedade, posse ou domínio das terras onde vivem e trabalham; as terras são tão desvalorizadas e a pressão demográfica tão tênue que propriedade privada da terra ainda não foi de todo institucionalizada; existem largas faixas, ditas ‘terras comuns’, que ainda não têm donos.
- a feira semanal, aos sábados, na sede do município, é muito mais uma oportunidade de romper o isolamento do que propriamente um mercado; as pouquíssimas pessoas que vão à feira o fazem para inteirarem-se das novidades, comprarem mercadorias (fósforo, café e remédios) e/ou algumas galinhas, cabras e peles;
- não existe agência bancária no município: as mais próximas localizam-se em Petrolina - PE, Casa Nova - BA e São Raimundo Nonato - PI;
- o município não está ligado à rede estadual de energia elétrica; existe um grupo gerador, a diesel, que funciona na sede municipal;
- não existe serviço de ônibus intermunicipal; o transporte é feito por caminhões que, duas vezes por semana, atravessam o município, partindo de Casa Nova para São Raimundo, e funcionam, simultaneamente, como correio e mercearia ambulante, vendendo alimentos e produtos industrializados e comprando o que se lhes oferece e, também, como transporte de passageiros, numa viagem que pode durar dois dias, nos 90 km entre Dom Inocêncio e São Raimundo Nonato;
- os jegues, burros e cavalos ainda são o transporte mais usual.

Contudo, este panorama estarrecedor já foi infinitamente pior. Há cerca de 30 anos o isolamento era muito mais severo, a mortalidade atingia taxas alarmantes, o analfabetismo era total e a expectativa de vida situava-se em torno de 40 anos. Por tudo isso, somado ao secular descaso dos poderes públicos e das secas sistemáticas, o destino seria o esvaziamento e o êxodo.

Neste ponto da narrativa, torna-se inevitável a referência a um homem: Manuel Lira Parente. Natural de Bom Jesus - PI, ordenou-se sacerdote em 1944, tendo sido designado para a paróquia de São Raimundo Nonato. Nas suas andanças pelo interior conheceu o distrito de Curral Novo e a sua cruel realidade. A partir daí, sua sensibilidade religiosa ampliou-se e transformou-se, também, em sensibilidade social e política. Inquieto e, sobretudo, insatisfeito com o descaso dos governantes para com os problemas sociais, bem como com a inércia e ignorância do povo, foi assumindo posições de liderança em defesa do homem do campo. Por isto, foi eleito prefeito de São Raimundo Nonato, cargo que exerceu na expectativa de reverter o quadro de miséria rural.

Entretanto, durante o seu mandato (1955 a 1958), imobilizado pelo cartorialismo elitista da ordem política, viu frustrada as suas expectativas de prefeito, havendo, então, chegado a uma conclusão: o enfrentamento da questão sócio-natural dos rurícolas, especialmente os do distrito de Curral Novo, necessitaria de uma política de desenvolvimento específica. E decidiu dedicar sua vida à concepção e execução dessa política desenvolvimentista.

Em 1959 cria a Fundação Ruralista — personalidade jurídica depositária de idéias e utopias humanitárias e condutora de programas de desenvolvimento — em cujos Estatuto e Regimento Interno explicitam-se princípios, objetivos e estratégias que, ao longo de idas e vindas e durante 33 anos, conquistou um enorme cabedal de resultados sociais, mercedores da atenção dos que se interessam pela vida, pela humanidade e pelo futuro. Na instalação do município de Dom Inocêncio, o padre Lira foi eleito seu primeiro prefeito.

3. A Política de Desenvolvimento

A percepção da problemática sócio-natural, resumida sob o trinômio Seca-Ignorância-Isolamento, ensejou infindáveis questionamentos, com vistas à identificação da vocação econômica da região. Buscou-se encontrar pelo menos uma atividade econômica e ecologicamente viável, um 'que fazer mágico' cuja incrementação requeresse a menor quantidade possível de capital; uma atividade que se desdobrasse em outras, integradas verticalmente, e que, também, apresentasse razoáveis taxas de retorno a curto prazo, de forma auto-sustentada.

O padre Lira, conhecedor da realidade local e em conversa com os rurícolas, resolve a adequação: a caprinocultura. A criação de cabras, que há muito tempo vinha sendo praticada extensivamente, sem manejos, técnicas, suplementação e sem profilaxia, apresenta-se como a chave.

A partir desta descoberta evidenciam-se três pré-condições para o encaminhamento da Política de Desenvolvimento: contra a ignorância, Educação; contra o isolamento, Estradas; contra a seca, Açudes, Barragens e Aguadas. Do ponto de vista infra-estrutural a construção de Açudes foi considerada prioritária; neste sentido idealizou-se um conjunto de barragens de médio porte (de 200 a 500 m³), a serem construídas em pontos estratégicos, nas terras mais altas, onde as cabras não pastavam por absoluta falta de água. Desta forma, o expressivo potencial forrageiro das leguminosas da caatinga, verdadeiro banco de proteínas, poderia ser consumido pelos rebanhos que antes se mantinham presos às pastagens superexploradas, nas proximidades dos pontos naturais de água. Assim, a disponibilidade de pastos naturais seria multiplicada, permitindo, conseqüentemente, um incremento dos efetivos caprinos, em proporções semelhantes.

Neste ponto entraria a Educação, partindo da alfabetização até se transformar num instrumento em prol da utilização racional dos recursos escassos. A escola proporia novas atividades atreladas à criação de cabras, disseminando técnicas e procedimentos operacionais. Da cabra tudo deveria ser aproveitado: o esterco seria utilizado para melhorar a fertilidade dos solos; o leite serviria para alimentação e fabricação de laticínios comercializáveis; a carne abasteceria a população local e de outros municípios e as peles poderiam respaldar um artesanato ou indústria de couros. Portanto, a Educação se apresentava como eixo do processo.

As estradas, por sua vez, seriam implantadas paulatina e progressivamente, atreladas às ações educacionais e econômicas.

As estratégias formuladas pela Fundação compreendem:

- A adoção de quatro grandes campos de atividades, ditos departamentos, interligados de forma sistêmica: Educação, Economia, Saúde e Assistência Social;
- A criação de oportunidades para o exercício e consolidação do espírito comunitário; e
- A aglutinação de populações dispersas em Núcleos Rurais centrados na escola.

Para financiar a implementação da Política de Desenvolvimento previu-se o concurso de todas e quaisquer pessoas jurídicas ou físicas, programas e instituições governamentais e não-governamentais, nacionais e estrangeiros, desde que afinados com as características intrínsecas ao empreendimento.

Do ponto de vista gerencial, optou-se por um modelo misto, ora autocrático, ora democrático, dependendo do nível e complexidade das decisões e ações. A sua estrutura administrativa compreende:

- uma diretoria, cujo presidente e instituidor da Fundação Ruralista tem mandato perpétuo, e
- um conselho administrativo, formado por seis membros vitalícios, nomeados pelo instituidor e presidente.

A condução do processo de desenvolvimento conduzido pela Fundação Ruralista alcançou inúmeros resultados:

- mais de 3 000 km de estradas carroçáveis construídas;
- a construção de 11 açudes, com capacidade média de 500 m³;
- 37 escolas funcionam, sendo uma de primeiro grau completo;
- a taxa de analfabetismo foi reduzida praticamente a zero para a população com idade inferior a 30 anos;
- as taxas de mortalidade de crianças e gestantes são insignificantes;
- uma professora leiga recebe um salário de U\$ 50.00 além de casa, comida e transporte, contra um de U\$ 2.00, pago em municípios vizinhos;
- a construção de 1 300 cisternas domiciliares para captação e armazenamento de água de chuva com capacidade para 12 000 litros; e
- a construção de uma cidade inteira — sede do município de Dom Inocêncio com 106 residências, redes de distribuição de água, energia, escola de 5^a a 8^a série na zona urbana e 24 escolas de 1^a a 4^a série na zona rural, igreja, mercado, casa do estudante, casas para professores e parque esportivo. Tudo isso foi feito num prazo recorde de apenas 6 meses, com financiamento da prefeitura e em mutirão comunitário, desde o fabrico de telhas e tijolos até a concepção do projeto urbanístico.

Tais resultados poderiam ser muito mais expressivos, não fora o fracasso relativo da implantação do Projeto de Desenvolvimento, justamente em sua dimensão econômica. É que as Organizações Não Governamentais (ONGs) européias, principais parceiras da Fundação, não acreditaram que se pudesse realizar qualquer desenvolvimento à base da caprinocultura, sem grande destruição do meio ambiente.

Assim, se recusaram a financiar o projeto de caprinos, a despeito da argumentação perfeitamente ajustada às condições ambientais, mostrando que a construção de açudes e a caprinocultura é que iriam reequilibrar o meio ambiente já saturado pela superexploração localizada, abrindo novas pastagens para rebanhos em constante crescimento.

Somente nos últimos 4 anos, com o padre Lira ocupando também a prefeitura de Dom Inocêncio, é que foram construídos os 11 primeiros açudes, contornando a defasagem da proposta original.

**A POLÍTICA
NORTEADORA
DA PROPOSTA
EDUCACIONAL**

III

A

leitura do Estatuto da Fundação Ruralista bem como a análise de seus relatórios, projetos e avaliações evidenciam clareza na percepção do problema, objetividade na formulação das soluções e, mormente, a simplicidade lógica do arcabouço filosófico que sustenta a Política Desenvolvimentista e, em particular, a Política Educacional.

As citações abaixo, por exemplo, retratam com fidelidade a essência do ideário norteador:

“Descobrir um plano que se adapte à filosofia de vida de um povo, de uma região ou mesmo de uma comunidade, é a chave de seu êxito. A simples concepção de um plano é o reconhecimento de uma necessidade que precisa ser satisfeita. Nada, porém, de muitas contemplações de princípios e teorias...Conhecendo o problema, marchemos para a realidade da ação”.

“O aspecto educacional em regiões mais que subdesenvolvidas, como a nossa, deve assentar-se num programa que ofereça prioridade ao processo de desenvolvimento. E a criação pura e simples de escolas rurais não resolverá o problema; modificará, ligeiramente, o modo de pensar do homem do campo, sem nenhuma implicação em seus níveis econômicos. Assim, a alfabetização, com vistas ao bem-estar comum, requer a modificação de estruturas.”

“No contato direto com os rurícolas temós procurado inculcar o princípio de que a Fundação Ruralista não é uma instituição de caridade que dá e nada recebe: seu objetivo é fornecer oportunidade a quem nunca teve, no sentido de fazer de ‘cada lar

uma oficina', até que a comunidade tenha atingido, através da educação e do trabalho manual, a maturidade social e a valorização humana que os impulsionem à cobiça de subir mais, de ganhar mais dinheiro, o que somente será alcançado plenamente através de iniciativas mais sólidas, como a exploração agropecuária bem ordenada e devidamente adaptada às condições de vida da terra."

**A PROPOSTA
EDUCACIONAL**

IV

C

omo já foi mencionado, a educação faz parte do enfrentamento das adversidades ambientais sob uma perspectiva sistêmica, funcionando como atividade propulsora do desenvolvimento local e interagindo com outros conjuntos de atividades: econômicas, sanitárias e assistenciais.

Os objetivos propostos apontam para:

- a educação básica (alfabetização) de toda a população, especialmente de crianças e jovens, visando a abertura de horizontes mentais, a intensificação da solidariedade comunitária e o desenvolvimento de mecanismos que permitam o uso racional de recurso escassos;
- o incentivo às práticas esportivas;
- o incentivo às artes, como forma de despertar e exercitar a sensibilidade;
- o fornecimento de alimentação escolar, dada a extrema pobreza local.

As estratégias para a consecussão destes objetivos prevêm:

- a institucionalização de *Programa Permanente de Formação e Aperfeiçoamento de Professores*, para que eles sejam os agentes não só da educação mas, também, do esforço desenvolvimentista;
 - a instalação de Núcleos Rurais: aparato de caráter mais simbólico do que material, ponto de
-

convergência de populações rurais dispersas e eixo de irradiação da educação;

- atribuição, ao professor, do mais elevado dentre os *status* do contexto local, via pagamento de salários vantajosos (relativamente aos salários regionais) e oferta de condições de trabalho (habitação, alimentação, transporte, assistência sanitária, participação na gestão e nas decisões) condizentes com as expectativas nele depositada;
- a manutenção de rigoroso padrão disciplinar para professores, estudantes e comunidades com definição de normas e papéis que assegurem a solidariedade comunitária;
- a captação de recursos financeiros externos e geração de receita própria, para custear o empreendimento;
- a adoção de calendário escolar compatível com o ciclo climático-agrícola;
- o estabelecimento de intercâmbio técnico-pedagógico com programas afins.

A partir de cada Núcleo Rural (escolhidos e hierarquizados segundo critérios demográficos e sociais) sob responsabilidade de um ou mais professores, desencadeiam-se ações voltadas para a concretização de metas qualitativas, a saber:

- instalação de classes ou cursos de educação primária (1^a a 4^a série), para todas as crianças de todos os aglomerados rurais com mais de 50 crianças em idade escolar;
- instalação de cursos/oficinas de artesanato comercializável e de fomento às habilidades domésticas, para mulheres;
- instalação de cursos práticos de técnicas agrícolas compatíveis com a região, em área/laboratório anexa ao Núcleo, obrigatórios para o sexo masculino;

- instalação de cursos de alfabetização de adultos;
- formação progressiva de cadeias de núcleos espacialmente interligados;
- estabelecimento de intercâmbio permanente dos Núcleos encadeados;
- interação dos professores com as famílias de alunos e beneficiários de cada Núcleo Rural, através de visitas domiciliares ou reuniões e festas;
- formação de Conselho de Colaboradores, constituído por chefes de famílias e donas-de-casa de cada Núcleo, com a finalidade de prestar serviços necessários ao seu funcionamento e, nas questões de seus domínios, opinar e decidir;
- avaliação anual das atividades do Núcleo com discussão, exposição de trabalhos artesanais e escolares, apreciação de resultados e premiação de destaques compartilhada entre todas as partes envolvidas no processo, como forma de retroalimentá-lo, expandido-o.

O plano de ação, tanto na sua concepção original quanto nos ajustes posteriores, confere ênfase para as parcerias sendo, inclusive, consideradas metas a serem buscadas. Entretanto, pela imprevisibilidade e incertezas inerentes a tais alianças, o envolvimento/participação de colaboradores só se evidencia, pontualmente, em atividades específicas ou em períodos determinados (como será visto no capítulo 5).

Os custos, as fontes de financiamento, bem como o cronograma de execução compartilham com as parcerias a mesma imprevisibilidade. A execução do plano condiciona-se à acidentalidade do surgimento de parceiros e às suas disponibilidades financeiras. Mesmo assim, são identificados como parceiros e financiadores em potencial, instituições desenvolvimentistas e educacionais, preferencialmente ONGs estrangeiras. Para contornar tal quadro de incertezas o Plano Educacional, por conta da natureza sistemática da

política desenvolvimentista da qual é parte, interage com os Planos Econômicos, Sanitário e Assistencial, compartilhando instalações, equipamentos, pessoal, materiais e outros recursos.

A IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES

V

A Fundação Ruralista começou a operar em 1963 com a construção das primeiras estradas e da sua própria sede, que começou a funcionar efetivamente como Núcleo Rural em 1965, quando a escola e as atividades administrativas tiveram início.

Neste primeiro momento, os problemas de infraestrutura tiveram prioridade de solução, pois eram vistos como a garantia de continuidade e expansão do projeto. Foi necessário que se construísse estradas e reservatórios de água para garantir a sobrevivência. Assim, nos primeiros 5 anos, de 1966 a 1971, mais de 500 quilômetros de estradas e 6 reservatório de 500 m³ cada foram construídos.

As primeiras tentativas de implantação de atividades econômicas e educacionais também foram feitas neste período.

Com a ajuda da OXFAM, CHRISTIAN AID e CARITAS, foi comprada uma pequena fábrica de sapatos que funcionou somente durante 2 anos, dados os complexos problemas de operacionalização, abastecimento, abertura de mercado e custo de transporte.

Ainda em 1966 as primeiras escolas começaram a funcionar nos povoados de Cacimbas, Cansação, Barra do Bonito, Ponta da Serra, Vazante e Campo Largo. Não significou, contudo, um programa educacional perfeitamente articulado com relação aos conteúdos, treinamento de professoras e montagem de estruturas administrativas compatíveis, mas a tentativa de iniciar ações nesta área com a ajuda do governo do Estado que concordou em pagar a duas professoras. No entanto, as escolas não funcionaram e as professoras logo abandonaram seus postos,

passando o próprio padre Lira a ministrar aulas, quando lhe era possível. Os resultados destas primeiras tentativas redundaram em fracassos, que só foram superados posteriormente.

Doravante, no detalhamento da implementação, as ações agrupam-se em dois períodos: desde as ações preliminares até o momento atual, com a municipalização da experiência.

1. Das Escolas-Acampamento ao Aprimoramento Educacional e do Artesanato: 1973 a 1988

A partir de 1973 foi implantado efetivamente o *Programa Educacional com as Escolas-Acampamento*, que desenvolveram ações de:

- Alfabetização;
- Alimentação escolar;
- Aulas de bordado;
- Palestras sobre caprinocultura.

A primeira *Escola-Acampamento* implantada foi a do povoado de Ladeira. Sua escolha deveu-se ao fato de que nesta localidade havia um certo potencial de aglomeração dado que a distância média entre as propriedades era de somente 3 km e nunca havia tido uma experiência escolar, o que permitiria uma avaliação consistente dos resultados.

A partir de 1973 a *Escola-Acampamento* foi instalada em mais três comunidades simultaneamente: Ponta da Serra, Barra do Bonito e Cacimbas.

As *Escolas-Acampamento* exigiram a montagem de um aparato logístico extremamente rígido na sua organização e funcionamento. A mobilização de professoras, a construção de latadas (espécie de caramanchão), o estímulo à participação comunitária, as campanhas feitas em São Paulo para aquisição de livros e material escolar e a abertura e conservação de estradas exigiam capacidade administrativa, recursos financeiros

e, acima de tudo, disciplina e rigor no cumprimento dos cronogramas e tarefas, pois, caso contrário, o projeto como um todo poderia inviabilizar-se.

Ainda em 1973 foram construídas em Ladeira e Cacimbas as *Casas para Professoras*, evidenciando o elevado *status* da função. No ano seguinte, 1974, foram implantados os cursos de bordado com 51 e 52 alunas, respectivamente.

Estas quatro escolas continuaram a funcionar, à exceção do ano de 1976 em razão de grande seca, até 1977. O trabalho de alfabetização de adultos foi suprimido em 1974, restando para eles somente as palestras sobre caprinocultura.

É preciso salientar que a filosofia do programa tinha como ponto básico a promoção de um ensino sistemático e rigoroso, onde a importância principal era dada aos conteúdos ministrados. Todo o investimento em infra-estrutura só era realizado quando absolutamente imprescindível para garantir o bom andamento das atividades educacionais. Isto fica exemplificado na prioridade conferida à construção de estradas e *Casas para Professoras*. A construção dos prédios escolares só foi feita alguns anos depois do programa estar funcionando, mostrando que a escola rural é, também, uma professora bem assistida, com salário e condições de vida dignas da função de ensinar.

Assim, os benefícios do programa podem ser descritos como:

- Aglutinação da população anteriormente dispersa, dada a estrutura social para a discussão dos problemas do desenvolvimento e da educação, criando as bases para o fortalecimento do espírito comunitário;
- Melhoria do padrão nutricional e sanitário de crianças e adultos, diminuindo a incidência de doenças;
- Implantação do artesanato, para meninas, como fonte de geração de renda.

Apesar do sucesso do projeto das *Escolas-Acampamento*, muitas dificuldades foram detectadas: resistências e oposições aos processos de mudança desencadeados pelas ações da Fundação, falta de recursos

financeiros e dificuldades no recrutamento das professoras, fatores que concorreram para a interrupção do projeto em 1977.

Com a extinção das *Escolas-Acampamento* foi necessário, naquele momento, manter os espaços já conquistados junto à comunidade e, lentamente, ir ampliando as ações, com os poucos recursos que ainda eram enviados pelas agências internacionais e por alguns doadores particulares.

Além das escolas dos Núcleos – Central, Ladeira, Cacimbas e Ponta da Serra (Barra do Bonito deixou de funcionar em 1977) – foram iniciadas atividades escolares nos povoados Sal, Salgado e Olho D'Água (1979) e Riacho Seco (1980). Neste momento, dadas as dificuldades de recrutamento de professoras, a Fundação incorporou algumas ex-alunas bem-sucedidas no programa de alfabetização (e que, naturalmente, se ajustavam ao perfil exigido de não ser casadas e ter bons antecedentes morais) para, depois de um treinamento específico, ministrar aulas nas escolas, em conjunto com algumas professoras que ainda puderam ser trazidas de fora.

O esquema de funcionamento no que diz respeito a alimentação e distribuição do material escolar continuou o mesmo, mas as palestras sobre caprinocultura foram diminuindo; em função da falta de perspectiva de obtenção de novos recursos foi necessário não fomentar aspirações que não pudessem ser satisfeitas. Assim, esses anos foram de expectativas, de trabalho rotineiro e perseverante no combate ao analfabetismo, à fome e a seca da região, através da busca constante de novas parcerias e manutenção das já existentes.

Os anos 80 também foram de paciente trabalho, visando manter posições já conquistadas (escolas, estradas, programa alimentar), ampliando, quando possível, o atendimento às comunidades e fortalecendo os núcleos rurais. Assim, entraram em funcionamento mais duas escolas em Lagoa da Pedra e Novo Exu, e foram construídas novas residências para professoras e prédios escolares.

Nesta década, o antigo propósito da Fundação ruralista de trabalhar com professoras formadas na região e identificadas com seus problemas foi atingido. Isto se deveu mais às dificuldades de custos, recrutamento e falta de coesão das equipes, do que, propriamente, à decisão de inverter o processo. No entanto, o fato foi altamente positivo, dado que o aproveitamento das melhores alunas criou possibilidades até então inexistentes. A Fundação passou a funcionar

como um elemento catalisador da mobilidade social e de um mercado de trabalho de mão-de-obra qualificada, possibilitando que as professoras pudessem, posteriormente à sua inserção nos quadros da Fundação, migrar para regiões mais promissoras, em condições sociais mais vantajosas.

A estratégia de aproveitar ex-alunas e treiná-las não resolveu o problema da rotatividade, requerendo, portanto, a criação de um *Programa Permanente de Reciclagem e Aperfeiçoamento*, que, até hoje, vem sendo ministrado por diversas equipes oriundas das universidades de Pernambuco e Campinas. Nos últimos anos, a professora Maria Augusta Bastos, da Unicamp, assume, voluntariamente, a coordenação deste processo e a confecção do material didático usado em todas as escolas do município.

No período compreendido entre 1982/1992 foram capacitados 869 professores juntamente com a estrutura escolar montada pela Fundação, com 12 escolas funcionando simultaneamente. O bordado assumiu grande importância como um substituto do projeto de expansão da caprinocultura, como fonte geradora de renda para as artesãs e de receita para a Fundação.

Em todo este período a receita do artesanato representou, em média, 11,47% do total, cuja composição inclui recursos do governo do Estado, MEC e da fazenda São Manuel, da Fundação.

O ensino do bordado é feito para as meninas, à partir dos 7 anos, e se estende até as jovens de 18 anos, que passam, então, a bordar em casa com o material fornecido pela Fundação e recebendo o pagamento pelo número de peças bordadas.

A produção dos bordados foi organizada de modo a proporcionar a melhor relação custo/benefício. E isto só foi possível através de um rígido controle de qualidade de todo o processo, começando pela escolha da matéria-prima (tecidos e linhas), passando pelo desenho e corte e culminando num produto de altíssima precisão.

Somente através desse controle foi possível produzir um artigo que pudesse ser comercializado nos mais diversos mercados nacionais e estrangeiros, gerando a renda necessária para manter a atividade e subsidiar outras ações da Fundação.

Deve-se salientar, também, que o rígido controle do processo de produção impediu que surgissem intermediários explorando a mão-de-obra. Isto foi conseguido com o pagamento de altos valores pelas

peças encomendadas e pelo fato da produção ser constante durante o ano, mantendo as artesãs ocupadas e impossibilitando o sub-contrato. Atualmente existem 444 alunas nas 24 escolas.

Assim, durante toda a década de 80, houve um aprimoramento do trabalho educacional e do artesanato, ao lado da constante luta para que houvesse a emancipação política da região, única forma de consolidar o projeto de desenvolvimento idealizado pelo padre Lira.

2. A municipalização da Experiência - 1989 a 1992

A partir de 1989, com as mudanças da conjuntura política local, todo o projeto educacional e de desenvolvimento toma outra dimensão. Então, o mesmo rigor e a mesma determinação, aliados a uma profunda vivência e conhecimento da realidade local, fazem do empreendimento desenvolvimentista da Fundação um exemplo para todas as regiões áridas do mundo.

A partir de um convênio firmado com a Prefeitura de Dom Inocêncio (1989) foi possível expandir o *Programa Educacional da Fundação*, criando uma vasta rede escolar.

O convênio estipula, como obrigações da Fundação, o treinamento de professores, a cessão do material didático já existente e o gerenciamento do processo. À Prefeitura cabe a construção de prédios escolares, o pagamento de pessoal e de todas as despesas, diretas e indiretas, com educação.

A prestação de contas do mês de outubro de 1992 revela gastos de US\$ 9 830 com salário e US\$ 4 096 com alimentação.

Afora isso, há enormes gastos indiretos com transporte e manutenção das escolas. A receita do Município em outubro foi de US\$ 38 396, o que mostra que só com gastos diretos foram consumidos mais de 1/3 da receita. Estima-se, no entanto, que 50% do orçamento do município é gasto com Educação.

O ensino no 1º grau (1ª a 4ª), que hoje conta com 25 escolas rurais, segue o mesmo padrão das escolas da Fundação, com a utilização de material escolar específico, calendário adequado ao ciclo agrícola e distribuição de alimentação. Hoje, o corpo docente é formado, basicamente, por ex-alunas da Fundação, com treinamento específico e recebendo um salário equivalente a US\$ 50, além de casa, transporte e alimentação.

As escolas rurais do município têm um total de 46 professoras para 1171 alunos, com a média de 1 professor para cada 25 alunos; relação considerada boa para os padrões escolares do Brasil.

O total de alunos matriculados em todo o município é, hoje, de 3 414, sendo que 2 899 estão na zona rural e 489 na zona urbana, revelando uma taxa de escolarização de 81,3%. É preciso destacar que não se dispõe ainda de dados exatos sobre a população residente por faixa etária; o que nos obriga a realizar projeções com base na taxa de crescimento anual aplicada aos grupos de idade de forma linear. Portanto, a taxa real de escolarização poderá variar de acordo com o crescimento numérico dos grupos de idade, o que só poderá ser verificado depois de tabulados aos dados do IBGE, CENSO-1991.

É interessante notar que a população urbana é menor do que o número de matriculados no 1º grau completo. Isto se dá em razão da cidade não desempenhar uma função econômica significativa e, portanto, da população residir quase que integralmente na zona rural, transferindo-se para a cidade nos períodos de aula. Nestes momentos a população pode chegar a 1500 pessoas, sendo que os estudantes que não têm parentes na cidade vão residir na Casa do Estudante e as meninas em casas construídas pela prefeitura, com capacidade para 4 pessoas.

A escola de 5ª a 8ª série da sede do município tem ainda outras especificidades: seu funcionamento obedece a um sistema modulado e intensivo, intercalando-se a cada período de 8 semanas de aula, 4 semanas de férias; as disciplinas são agrupadas duas a duas e ministradas em tempo integral; os professores permanecem em suas residências durante a noite e nos fins de semana, à disposição dos alunos para orientação nos estudos.

Outro fato que chama a atenção é que Dom Inocêncio rompe com a tradição urbanística das cidades interioranas do Brasil que, por vinculação ao catolicismo, edificam suas igrejas nos lugares mais imponentes da cidade. Lá, apesar de ser padre o dirigente da Prefeitura e da Fundação, é o prédio da escola que ocupa o lugar mais alto e de maior destaque na cidade, servindo de objeto de devoção para um povo que aprendeu a valorizar a escola.

Aqui, como em todos os outros níveis, o material didático é de excelente qualidade e os estudantes surpreendem pelo nível de compreensão dos problemas regionais e nacionais.

Uma análise dos dados educacionais nos mostra que nos últimos anos houve índices de retenção significativos na rede escolar municipal e nas escolas da Fundação, assim como discretas taxas de evasão.

A curva de evasão é mais ou menos constante, a não ser na 5ª série, com um índice 7 vezes maior do que nas outras séries. Não temos condições aqui de fornecer uma resposta precisa para o fenômeno. No entanto, evidenciam-se dois fatores que, certamente, têm uma influência relevante no processo: o primeiro deles diz respeito ao fato de que a 5ª série é sempre um momento importante na vida dos adolescentes do lugar; é o momento em que surge a possibilidade de migrar para outras cidades ou estados à procura de novas possibilidades de trabalho; esta migração, muitas vezes, é estimulada pela família, num movimento que segue a tradição do lugar (estima-se que existam em São Paulo, no bairro de São Miguel, inúmeros Inocentinos que vêm migrando desde a década de 50 e que, segundo pesquisas do próprio padre Lira, formam uma colônia que mantém, ainda, comunicação com os parentes e amigos do Piauí). O segundo fator diz respeito a um certo 'desconforto' emocional vivido pelos estudantes devido ao fato de que eles saem de suas comunidades e vêm para a cidade, tendo que se ressocializar e, portanto, viverem uma certa desestruturação, que pode afetar o desempenho escolar e levá-los ao abandono.

É preciso destacar que todo o processo educacional em Dom Inocêncio, seja nas escolas da Fundação ou do município, pressupõe um compromisso que está fortemente assentado nas relações desenvolvidas pelo padre Lira com a comunidade, e em toda uma mística existente em torno da Fundação e de seu dirigente. Além disso, o empenho e dedicação dos professores não depende da formalização das relações e direitos trabalhistas, mas, de um acordo direto com o dirigente municipal, que lhes garante altíssimo nível de satisfação, com altos salários e boas condições de trabalho.

**CONSIDERAÇÕES
FINAIS**

VI

A experiência desenvolvimentista e educacional de Dom Inocêncio com a Fundação Ruralista foi aplicada numa região marcada pelo isolamento e estagnação econômica, visando quebrar as tradicionais estruturas e imprimir novo ritmo à dinâmica econômica e social.

Assim, a existência de uma liderança forte e carismática se explica, num primeiro momento, frente à pouca experiência da população na participação organizada, ao desconhecimento de seus direitos e de mecanismo para reivindicá-los, à tradição assistencialista.

Quando se discute uma experiência como a aqui relatada, deve-se estar consciente de que não há parâmetros de comparação com qualquer projeto na zona urbana ou mesmo em outras regiões rurais mais desenvolvidas. As particularidades do empreendimento não coloca, como questão central, um eventual dualismo: autocracia *versus* participação, mas a conjugação destas formas de gestão na implementação de seu projeto.

A articulação de uma política de desenvolvimento pautada por 4 eixos: Educação, Economia, Saúde e Assistencial Social permitiu a implantação de um plano de ação adaptado às condições específicas da região. Nesse sentido, a educação foi pensada, desde o início, como um programa que oferecesse prioridade ao processo de desenvolvimento.

Ainda que essa visão possa ser questionada a partir de uma ótica de regiões mais desenvolvidas, a experiência de Dom Inocêncio não pode ser analisada a partir de parâmetros externos à sua realidade física, social, econômica e cultural.

A reflexão sobre esse projeto deve ter como ponto de partida e de chegada as precárias condições de vida de sua população dada as adversidades e o total isolamento da região.

Assim, o esforço dedicado à educação, priorizando-se o treinamento de professores, a implementação de condições para seu trabalho (moradia, alimentação e salário), o fornecimento de material didático aos alunos e a adequação do calendário escolar, tornou possível a redução dos índices de analfabetismo, e o acesso das crianças à escola, conquistas que se constituem, sem dúvida, em um grande mérito.

A parceria com a Fundação Ruralista revelou-se fundamental para o desenvolvimento da gestão municipal iniciada em 1989, mostrando a necessidade do poder público buscar novas alianças que viabilizem seus projetos. Relatar a experiência de Dom Inocêncio é também resgatar a luta do padre Lira para conseguir a implantação de projetos desenvolvimentistas para a região. Através da criação da Fundação Ruralista, em 1959, ele buscou alternativas à burocracia estatal e à política clientelista, estabelecendo parcerias com instituições educacionais, religiosas e ONGs estrangeiras, que arcaram com 70% das despesas da Fundação até 1989, tornando viável o desenvolvimento de seus projetos.

Lutando pela autonomia do distrito de Cural Novo e instalando o município de Dom Inocêncio, padre Lira é eleito prefeito em 1989, e estabelece parceria com a Fundação Ruralista, com o objetivo de assegurar o financiamento e a auto-suficiência da política desenvolvimentista já iniciada pela Fundação. Num município como Dom Inocêncio, onde a receita é composta exclusivamente pelo Fundo de Participação dos Municípios, o padre Lira teve a ousadia de aplicar 50% do orçamento em Educação ou obras sociais correlatas e os outros 50% em infra-estrutura. Das 30 barragens idealizadas em 1959 conseguiu 11 nos últimos 4 anos quando, inclusive, no exercício simultâneo da presidência da Fundação e do cargo de Prefeito, manteve aliança entre as duas instituições. O seu sucessor, eleito com 80% dos votos e com o seu apoio, tomou posse em 01/01/93. Porém, há dúvidas quanto à renovação do convênio e a questão da descontinuidade das políticas ameaça emergir, como num círculo vicioso. O padre Lira, do alto de seus mais de 70 anos, considera a sua missão cumprida, mesmo sem haver terminado sua obra. Deverá ser sucedido na Fundação por uma Congregação Religiosa-Educacional, a quem caberá a tarefa de tentar associar-se com um aparato estatal cuja estrutura permanece obtusa, apesar das intensas mobilizações populares nacionais recentes.

Seja qual for o futuro, a experiência de Dom Inocêncio é um marco na história das lutas contra a ignorância e a pobreza. Pena que as milhares de pessoas que passaram pelo seu processo educacional, pessoas que poderiam ser líderes em sua terra, tiveram que migrar, diluindo no contexto nacional os resultados de um esforço localizado.

ANEXOS

VII

1. Metodologia de Pesquisa

1.1 Informação Geral

A análise e o registro de experiências educacionais desenvolvidas no âmbito de diferentes municípios do país envolveram várias fases do trabalho. Já no início do 2º semestre/92, uma equipe do CENPEC procedeu a um levantamento de publicações, revistas, jornais ou outros periódicos, que pudessem contar algumas indicações sobre projetos educacionais municipais. Foram resumidas aproximadamente 100 experiências e selecionadas somente as que abrangiam o sistema escolar como um todo. Esses levantamentos, assim como outros já realizados ou de conhecimento do próprio UNICEF, possibilitaram a escolha criteriosa de 15 municípios, selecionados entre aqueles considerados de porte grande, médio e pequeno, localizados em nove Estados brasileiros.

Para formação das equipes de trabalho optou-se pela folha de dois profissionais de cada Estado, sendo um com experiência na área educacional e outro na área das ciências sociais, no intuito de garantir uma apreensão mais abrangente de cada uma das experiências.

O material para coleta dos dados, elaborado pelo CENPEC, constou de diferentes instrumentos com orientações sobre os procedimentos gerais a serem seguidos: roteiros de entrevistas, fichas de caracterização e identificação do município e da escola, orientação sobre a metodologia do trabalho de campo e elaboração do relatório.

O procedimento adotado não teve a preocupação de impor roteiros de observação ou de entrevistas rígidas. Ao contrário, procurou-se respeitar a diversidade de cada experiência e, ao mesmo tempo, preservar a uniformidade, adotando-se como diretriz única a metodologia

recomendada no documento *Procedimento para uma Avaliação Rápida*, UNICEF.

Dessa forma, tanto os roteiros de entrevista, como as fichas para levantamento de dados do município ou das escolas, embora feitos de forma a conduzir as observações para a elaboração do relatório, podiam ser complementados de acordo com o entrevistado e a natureza da experiência.

Visando garantir uniformidade nos indicadores educacionais para a elaboração do relatório final, estruturou-se um instrumento único, no qual foram colocados dados educacionais básicos e que normalmente são preenchidos pelos municípios para serem enviados ao Ministério da Educação. No entanto, conforme já se esperava, em quase todos os municípios, os dados apresentaram inconsistência e muitas vezes não puderam ser utilizados.

A análise dos dados procurou pautar-se por uma reflexão criteriosa e crítica, a partir de fatores colocados como prioritários para análise, a saber: equidade; acesso à pré-escola; melhoria do padrão de gestão do sistema e da escola; valorização dos profissionais da educação; inovações pedagógicas; construção de parcerias e alianças.

1.2 No Município de Dom Inocêncio

A viagem de campo foi feita no período de 3 a 12 de novembro ao município de Dom Inocêncio e nas adjacências do Parque Nacional da Serra da Capivara.

Foram aplicados questionários com perguntas abertas aos dirigentes das escolas, aos professores envolvidos na experiência, aos coordenadores pedagógicos, ao pais de alunos e, no caso de Dom Inocêncio, ao prefeito do município e Presidente da Fundação Ruralista.

Além dos questionários, foram feitas visitas às escolas e mantidas conversas com membros da comunidade local a fim de sentirmos o grau de aceitação e responsabilidade da população com os destinos da Educação. Foi mantida uma estreita convivência com alunos e professores, dado que nos hospedamos com os dirigentes dos empreendimentos. Assim foi possível conviver com os problemas vividos pela comunidade e dimensionar o porte e o alcance dos projetos.

No que diz respeito a Dom Inocêncio, não foi possível trabalharmos com dados do IBGE, pois somente em 1989 é que ocorreu sua emancipação política. Assim, as estatísticas existentes são muito precárias, mesmo porque

os dados do último Censo ainda não foram tabulados. Fomos, então, obrigados a realizar algumas projeções relativas ao contingente existente nos diferentes grupos etários, e o fizemos aplicando linearmente a taxa média de crescimento anual aos dados distritais do Censo de 1980.

**A EXPERIÊNCIA DE
SÃO RAIMUNDO**

NONATO NO

PARQUE NACIONAL DE CAPIVARA

DADOS BÁSICOS

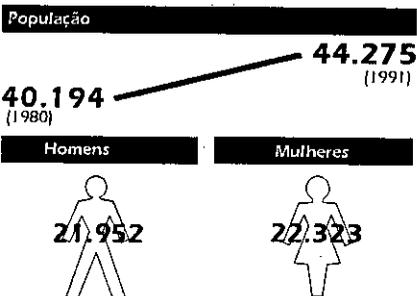
I

Dados Básicos

Localização



Demografia



Área Total km²

~~120.000~~ 6.019

Densidade hab/km²

~~2,7~~ 7,3

Taxa de Crescimento Anual

0,88%

Atividades Econômicas Predominantes

Agricultura e Caprinocultura

Comércio
Serviço



Fonte: Censo Demográfico 1991 - Resultados Preliminares

Ficha Resumo

AÇÕES DESENVOLVIDAS

Educação Infantil

- Construção de creche e pré-escola

Ensino Fundamental

Universalização do ensino

- Ampliação de vagas de primeira à quarta séries

Melhoria do ensino e da escola

- Fornecimento de material didático-pedagógico (TV, vídeo, jogos educativos, brinquedos, teatro de fantoches, material esportivo, cadernos, lápis e livros)
- Adequação do conteúdo curricular à temática local (preservação do parque e no equilíbrio homem/natureza)
- Fornecimento de merenda escolar

Gestão da escola e do sistema

- Criação de Núcleos de Apoio à Comunidade
- Criação de Assembléias Comunitárias

Valorização do magistério

- Melhoria salarial
- Fornecimento de alimentação, habitação e transporte para os professores
- Curso de reciclagem dos professores

Oportunidades educacionais para todos

- Cursos profissionalizantes de bordado, pintura sobre madeira, apicultura, corte e costura e cerâmica
- Programa de alfabetização de adultos

LIÇÕES APRENDIDAS

- A identificação dos professores com o projeto, em sua concepção e execução é responsável pelo seu nível de satisfação e participação
- Os projetos educacionais ganham consistência quando articulados com outros programas de interesse da comunidade

O PROBLEMA E SEU CONTEXTO

II

N

a região sudoeste do Estado do Piauí, abrangendo partes dos Municípios de São Raimundo Nonato, Coronel José Dias, São João do Piauí e canto do Buriti, com uma área de 1 29.1 40 HA, e um perímetro de 2 1 4 km, existe o Parque Nacional da Serra da Capivara, que abriga o maior e mais importante conjunto de sítio arqueológicos das Américas. O Parque esta vinculado ao IBAMA e as pesquisas que vêm sendo desenvolvidas são coordenadas pela Fundação Museu do Homem Americano - FUNDHAM, com apoio financeiro e científico de inúmeras instituições nacionais e estrangeiras.

O IBAMA, em parceria com a FUNDHAM, enfrenta o desafio de proteger um patrimônio ecológico e arqueológico cuja magnitude levou a UNESCO a decretá-lo Patrimônio Cultural da Humanidade.

Situado em zona de transição entre a caatinga e o cerrado e dotado de particulares atributos geológicos, topográficos, florestícios e faunísticos, o Parque abriga, nas proximidades, contingentes de pequenos produtores agrícolas que sobrevivem em interação predatória com os recursos do meio-ambiente. Trata-se de populações enquadráveis na categoria "camponeses" e, enquanto tais, compartilham as mesmas vicissitudes econômicas, sociais e políticas, endêmicas ao campesinato nordestino.

Em 1970, quando a arqueóloga Niede Guidon coordenou as primeiras pesquisas, que confirmaram a presença humana na região há 50.000 anos, a maior preocupação dos pesquisadores voltou-se para a desenfreada devastação que se fazia no local, com a caça predatória, a retirada de lenha e a destruição de formações calcáreas que abrigam inúmeras pinturas rupestres. Para se ter uma idéia, são necessárias 40 toneladas de lenha para a produção de 1 tonelada de cal. Diante de tamanho

absurdo, a primeira solução vislumbrada foi a transformação da área em Parque Nacional, que ocorreu em 1979. Tal solução logo se mostrou eficaz; seja pelas limitações do aparato do IBAMA, seja pelo fato da depredação ser praticada pelos próprios moradores do lugar, mesmo depois de removidos do interior para os contornos do Parque, após a sua criação.

A persistência deste problema e a escassez de recursos para custear as pesquisas arqueológicas, dentre outros fatores, motivou a FUNDHAM/IBAMA a idealizar um *Plano de Manejo do Parque*, onde se delineiam diretrizes e estratégias de uma política ambiental cujos objetivos voltam-se para a *proteção do parque* e para a *garantia de continuidade das pesquisas*.

Diretriz 1 – Núcleos de Apoio à Comunidade

O Plano de Manejo do Parque Nacional prevê a criação de uma faixa de proteção de 10 km em torno do seu perímetro. Nestas áreas serão instalados seis núcleos, como postos avançados de proteção. Numa postura típica daquilo que os franceses chamam de *aménagement du territoire*, pretende-se aglutinar populações dispersas (e, também, socialmente desestruturadas por conta da remoção e das sanções contra suas antigas práticas produtivas) num processo de Desenvolvimento Comunitário. A Educação e a Escola constituem-se o cerne do empreendimento que envolve, também, vias de acesso, energia elétrica, abastecimento de água, habitação, reordenamento fundiário e a difusão de inovações tecnológicas.

Diretriz 2 - Turismo Ecológico-Científico

Propõe a criação de um aparato turístico, destinado a pessoas cultas de países ricos, como forma de divulgar as pesquisas e obter fundos. Tal aparato requer a instalação de hotéis, o seu abastecimento alimentar e a formação de guias turísticos, além, evidentemente, do trabalho de *marketing*.

As estratégias das duas diretrizes se completam, de forma lógica e objetiva, no sentido de equacionar a problemática de proteção ao parque e, ao mesmo tempo, garantir recursos para novas pesquisas, com a vantagem adicional de elevar o nível de vida das comunidades e dinamizar a economia microrregional.

**A PROPOSTA
EDUCACIONAL
E
A IMPLEMENTAÇÃO
DAS AÇÕES**

III

A

s especificidades do problema posto conferem ao plano educacional características próprias e diversas daquelas da educação convencional.

Tendo como ponto de partida a alfabetização, as diretrizes centrais têm como objetivo:

- “Estimular uma tomada de consciência da importância do Parque face à identidade cultural das populações atuais, de forma a legitimá-lo como produtor de mudanças positivas e não desintegradoras do *modus-vivendi* desta população”;
- “Fornecer novas possibilidades de sobrevivência, de novas fontes de atividade e trabalho, de propostas reais de desenvolvimento adaptado, que dêem provas de ser verdadeira alternativa”.

Para viabilização destas diretrizes sugere-se dois tipos de atuação:

Ensino Profissionalizante, em duas linhas:

- formação técnica de recursos humanos especializados, necessários a execução das atividades no parque;
- formação técnica com vistas a atividades produtivas que possam substituir as atividades depredatórias anteriores.

Para esta modalidade são indicados meios, métodos e materiais didáticos não convencionais e recomendadas

exaustivas aulas práticas; e para a primeira linha estão previstos projetos de produções alternativas.

Educação Ambiental

Voltada para professores, crianças, moradores na faixa de proteção ao Parque e população em geral, visando, sobretudo, neutralizar as ações depredatórias até agora praticadas, ações estas que são percebidas pelas crianças como “normais”.

- O ensino e a discussão da questão ambiental deve servir-se de todos os meios disponíveis: textos das cartilhas e materiais didáticos, vídeo e audiovisuais, excursões, palestras de especialistas que estudam temas específicos e programas radiofônicos.

Núcleos de Apoio à Comunidade - NACs

A estratégia da Proposta Educacional tem como base os NACs:

- serão instalados/construídos seis em torno do parque, em áreas povoadas localizadas na faixa de proteção no entorno do Parque;
- cada NAC deve ter construções amplas que abrigarão todos os cursos e treinamentos, além de atividades de lazer e assistenciais;
- para viabilizar o seu funcionamento já esta em prática um *Curso de Capacitação e Treinamento de Professores Leigos*, onde são ministrados conteúdos de alfabetização, noções de pedagogia, didáticas e ecologia;
- os professores recebem salários motivadores e oferta de excelentes condições de trabalho, moradia e alimentação;
- os professores são acompanhados e assessorados por especialistas;

- as crianças são a clientela preferencial e prioritária da escola;
- aos estudantes é oferecida assistência integral: aulas, material escolar, três refeições diárias, cuidados médicos e lazer;
- a escola funciona em tempo integral e as mães e a comunidade prestam serviços voluntários.

Em 1989, a FUNDHAM firmou convênio com a ONG italiana Terra Nuova, a quem coube co-financiar e co-supervisionar a implementação da educação e das demais atividades assistenciais junto aos NACs. As informações sobre custos não estavam disponíveis. Contudo, sabe-se que a Terra Nuova banca a construção das obras de infra-estrutura, a aquisição de móveis e equipamentos, bem como o pagamento de pessoal, dentre outros.

Por fim, deve-se salientar que esta proposta educacional guarda muitas semelhanças com o projeto da Fundação Ruralista; contando, inclusive, com ex-professores de Dom Inocêncio em seus quadros.

Faz-se necessário relembrar que a experiência aqui relatada é um *Programa de Desenvolvimento Comunitário* e, enquanto tal, compreende projetos e ações diversas, porém interdependentes, com destaque para a Educação. As atividades preliminares dos NACs — construção de estradas, poços, rede elétrica e prédios escolares, bem como a seleção e treinamento de professores e o processo de mobilização comunitária — foram iniciados em 1988. Contudo, só no segundo semestre de 1991 foi posto em funcionamento o primeiro NAC: o da localidade Sítio do Mocó, no município de Coronel José Dias, com 52 famílias.

O Projeto Educacional

Num conjunto de três prédios amplos, construídos especialmente para o projeto — onde estão dispostos três salas de aulas, uma sala para professores, uma secretaria, uma área de lazer coberta, um pátio descoberto, uma sala de saúde, uma copa, uma cozinha, um refeitório, seis banheiros, três dormitórios para professores, uma dispensa e uma lavanderia — teve início o projeto educacional, com as seguintes ações:

- Creche
- Pré-Escola
- Ensino Fundamental (1ª a 4ª série)
- Alfabetização de Adultos
- Cursos profissionalizantes de bordado, pintura sobre madeira, apicultura e reciclagem para professores leigos.

Os recursos humanos envolvidos diretamente na implementação destas atividades – exceto a apicultura – foram: uma diretora/professora com licenciatura incompleta, uma professora com 2º grau completo e duas com 1º grau incompleto, além de dois serventes, duas cozinheiras e um agente de saúde. Foram recrutados através de indicação de pessoas idôneas, mas passando por teste de seleção e por treinamento específico. Estes profissionais recebem excelentes salários, variando entre 1 a 5 salários mínimos, além de habitação, alimentação e transportes gratuitos.

As ações: creche, pré-escola, 1º grau menor, alfabetização de adultos e reciclagem de professores leigos são cursos formais, regulares e sistemáticos, enquanto que os profissionalizantes são esporádicos e preparatórios para atividades produtivas específicas.

Em março de 1992, matricularam-se 96 alunos, sendo 12 na creche, 21 na pré-escola, 12 na 1ª série, 19 na 2ª série e 32 na alfabetização de adultos. Esta clientela reside nas imediações da escola e a ela se desloca a pé.

Creche, pré-escola e 1º grau funcionam nos dois turnos diurnos com atendimento integral. A alfabetização de adultos funciona à noite.

Os conteúdos curriculares privilegiam as temáticas locais, insistindo na necessidade de preservação do parque e no equilíbrio Homem/Natureza.

Os materiais didático-pedagógicos utilizados são de excelente qualidade e compreendem: TV, vídeo cassete, jogos educativos, brinquedos, teatro de fantoches, material esportivo e cadernos e lápis de diversos tipos e modelos. A escola dispõe, ainda, de uma pequena

biblioteca com livros de literatura brasileira. Não são utilizados livros-texto ou cartilhas, e sim materiais específicos, produzidos pelos professores e outros especialistas colaboradores, a partir de livros já existentes, que são “montados” segundo as diretrizes fixadas pela direção do projeto; são fotocopiados e distribuídos aos alunos em folhas avulsas.

Outros Cursos e Atividades Informais

O curso de reciclagem é ministrado à noite, pelas mesmas professoras que cuidam do 1º grau durante o dia, e tem sido freqüentado por cerca de 24 professores de escolas municipais e pelos futuros professores dos NACs, que serão implementados. O seu currículo aborda: conteúdos de 1º grau, didática, temáticas locais e preservação do Parque.

Os cursos de pintura em madeira e de bordado são destinados às adolescentes e jovens do sexo feminino, com o objetivo de prepará-las para a produção de souvenirs para um mercado turístico que aos poucos vem sendo criado. Trabalha-se sobre motivos pictóricos regionais, especialmente reproduções de pinturas rupestres pré-históricas. Durante o ano de 1991, estes cursos receberam 20 alunas, que atualmente estão se aprimorando em oficinas do próprio NAC.

O curso de apicultura foi ministrado por um técnico contratado para tal fim. Participaram 14 rapazes e senhores que anteriormente praticavam o extrativismo apícola. Hoje, trabalham no projeto de apicultura da FUNDHAM, onde a disponibilidade de materiais e equipamentos apícolas modernos, aliados à técnica e favorecidos pelas condições ambientais (clima e flora) adequados vêm obtendo elevada produção.

O curso de alfabetização de adultos, dentre as ações educacionais do NAC, não correspondeu às expectativas, pois as condições físicas dos alunos, após árduas jornadas de trabalho braçal, não favoreceram a concentração e assimilação dos conteúdos. Assim, a evasão situa-se em torno de 30%.

Existem, ainda, atividades informais de ensino de técnicos agrícolas, onde os alunos e membros da comunidade desenvolvem o plantio orientado de hortaliças e frutíferas. É preciso destacar que este fato se reveste de grande importância, visto que vem mudando

hábitos alimentares extremamente arraigados e introduzindo certas técnicas que podem resultar em grandes inovações tecnológicas para regiões secas. Esta técnica se baseia no uso de argila impermeável para a construção de canteiros de 5 ou 6 m² que são cobertos de terra vegetal e semeados, sendo que, nos momentos de maior insolação, são cobertos com palha e ramos secos. Este processo visa, acima de tudo, deter a infiltração e a evaporação, e vem dando excelentes resultados, com possibilidades de ser difundido para outros locais.

Além do pessoal da escola e dos estudantes, também participam do empreendimento: pessoas da FUNDHAM, acompanhando, provendo e supervisionando; pessoal da *Terra Nuova*, acompanhando e fiscalizando; e a comunidade em geral, acompanhando os filhos, colaborando em atividades rotineiras e prestando eventuais serviços remunerados.

Em agosto de 1992, entrou em funcionamento mais um NAC, no povoado de Barreirinho, município de Coronel José Dias. Suas instalações físicas formam um belíssimo conjunto arquitetônico, onde materiais locais e formas geométricas combinam-se de maneira harmoniosa, em conformidade com o clima e a paisagem local, propiciando um ambiente ameno e confortável. Suas dependências são: quatro salas de aula, uma sala de leitura, uma secretaria, duas áreas cobertas, um pátio interno descoberto, um campo de futebol, um posto médico, uma cozinha, quatro banheiros, um refeitório e uma oficina de cerâmica.

O corpo docente/administrativo conta com três professoras com 1º grau completo, um com 1º grau incompleto, professora/diretora com licenciatura em Letras, duas zeladoras, duas cozinheiras e um enfermeiro, cujas remunerações e formas de recrutamento são iguais ao NAC do Sítio do Mocó.

Dentre as professoras, três residem na própria comunidade, num raio médio de 2 km, e as outras duas residem na cidade de São Raimundo Nonato, mas passam a semana na escola .

As atividades educacionais recém-implementadas são:

- Creche com 14 alunos e duas desistências;
- Pré-Escola, com 13 alunos e duas desistências;

- 1ª série do 1º grau com 13 alunos e uma desistência;
- Alfabetização de adultos com 30 alunos e 10 desistências;
- Aperfeiçoamento de professores com 24 alunos;
- Corte e costura com 6 alunos;
- Agente de saúde com 3 alunos;
- Cerâmica com 3 alunos.

O funcionamento geral e os equipamentos deste NAC são iguais ao anteriormente descrito, ressaltando-se que:

- o curso de aperfeiçoamento de professores foi transferido para este NAC, tendo em vista, a localização mais acessível à sua clientela;
- o curso de cerâmica está em fase de implantação, com a instalação de modernos equipamentos e a realização dos primeiros testes com argila, sob a supervisão de um técnico italiano.

A gestão de cada NAC é conduzida por uma diretora, compartilhada entre as professoras e supervisionada de perto pela FUNDHAM, a quem cabe a decisão final sobre todos os assuntos, bem como a gestão dos recursos financeiros.

Mensalmente reúnem-se Assembléias Comunitárias, como forma de divulgação das atividades dos NACs, para a discussão de problemas, levantamento de sugestões e críticas e apresentação de temas ligados às escolas, às comunidades e ao *Programa de Eco-Desenvolvimento*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

IV

O

breve período de funcionamento da experiência dificulta uma avaliação consistente. Mesmo assim, pode-se perceber certas tendências positivas:

- A aceitação da experiência por parte da comunidade é unânime;
- Os professores identificam-se com o Projeto e seu nível de satisfação é elevado;
- A alimentação, juntamente com os cuidados higiênicos e os cuidados com a saúde, constituem-se fatores de atração;
- As atividades produtivas que vêm sendo desenvolvidas têm despertado grande interesse na comunidade e já começam a surtir os primeiros resultados em termos de geração de renda;
- A assiduidade dos estudantes é total;
- Todas as crianças de 7 a 14 anos estão nas escolas;
- O prestígio científico da FUNDHAM, por conta das suas pesquisas e achados arqueológicos, abrem portas que dão acesso e parcerias indispensáveis à consolidação da experiência educacional;
- O funcionamento da escola em tempo integral favorece o aprendizado por parte dos alunos;
- A disponibilidade de materiais didáticos e recreativos, bem como a oferta de alimentação e

cuidados sanitários, estimula os alunos e funciona como fator de atração;

- A utilização de recursos audiovisuais, principalmente vídeo cassete, agiliza a apreensão de conteúdos e atrai a atenção de adultos que também assistem tais aulas;
- As folhas avulsas, com as lições usadas em lugar do livro texto, são levadas pelos alunos para suas residências e acabam sendo lidas por outros que não freqüentam a escola;
- A insistência em temas ecológicos já surtem efeitos que se observam quando crianças questionam atitudes depredadoras de seus pais;
- A gestão da escola deve ser compartilhada e democrática, obedecendo-se a princípios hierárquicos, com cada agente ocupando espaços compatíveis com seus atributos intelectuais.

Por outro lado, as dificuldades afloram a cada momento em todos os níveis:

- A interação da FUNDHAM com as Prefeituras é um processo tão conflituoso que nem pode ser chamado de interação;
- As alianças em níveis Estadual e Federal, apesar de pacíficas, são morosas e destoam do ritmo acelerado da FUNDHAM;
- A sua diminuta equipe desdobra-se em múltiplos afazeres administrativos, científicos e pedagógicos;
- O volume de atribuições que recai sobre os técnicos exige jornadas de até 15 horas por dia;
- No curso noturno de alfabetização de adultos, a falta de assiduidade e de atenção, bem como a evasão, são obstáculos à implementação de uma programação específica e organizada.